

*isolam em suas posições deixando toda faculdade ao poder de fazer o que quiser? Ou, ao contrário, que muitos daqueles que vão votar, convictos de que não devem dar um cheque em branco, juntem-se às estruturas autogestionárias? Em suma, estamos convencidos de que a atividade comunalista deve manter-se afastada das lógicas eleitorais e abstencionistas, nada de debates que agitam a comuna. Assim, é somente por meio de sua própria atividade social quanto aos problemas coletivos e territoriais, feita de proposições e iniciativas de fato alternativas à demagogia do ritual da delegação que ela poderá contribuir de maneira coerente à construção de uma prática federalista libertária. Enfim, segundo nosso ponto de vista, a práxis comunalista deve recusar simultaneamente a lógica do revolucionarismo milenarista e as lógicas que possam conduzir ao reformismo. Deve projetar-se no cotidiano para quebrar o poder e a exploração para a construção gradual do federalismo libertário, aqui e agora”.*

Para concluir este livro, **Marianne Enckell** em *Agitação comunal ou municipalismo libertário?* esboça-nos um breve quadro histórico da coerência libertária relativo a essa problemática.

Agradecemos a Murray Bookchin, a Paul Boino, aos municipalistas de base italianos e a Marianne Enckell por esse debate formador que se inscreve na esteira desse anarquismo social que elabora novas pistas de intervenção em relação direta com o real.

J.-M. Raynaud, *Éditions du Monde Libertaire*

Roger Noël, *Éditions Alternative Libertaire*

## O MUNICIPALISMO LIBERTÁRIO

Murray Bookchin

### Os dois sentidos da palavra “política”

Existem duas maneiras de compreender a palavra *política*. A primeira e a mais disseminada define a política como um sistema de relações de poder gerido de modo mais ou menos profissional por pessoas que se especializaram nisso, os por assim dizer, “homens políticos”. Eles se encarregam de tomar decisões que concernem direta ou indiretamente a vida de cada um dentre nós e administram essas decisões por meio das estruturas governamentais e burocráticas.

Esses “homens políticos” e sua “política” são habitualmente considerados com um certo desprezo pelas pessoas comuns. Eles ascendem ao poder, na maioria das vezes, por intermédio das entidades denominadas “partidos”, isto é, burocracias fortemente estruturadas que afirmam “representar” as pessoas, como se uma única pessoa pudesse “representar” muitas outras, consideradas como simples “eleitores”. Traduzindo uma velha noção religiosa na linguagem da política, eles são denominados *eleitos* e formam, neste sentido, uma verdadeira elite hierárquica. Quem quer que tente falar *em nome das pessoas não é as pessoas*.

Quando eles afirmam que são seus representantes, eles próprios se colocam fora daqueles. Com frequência, são especuladores, representantes das grandes empresas, das classes patronais e de *lobbies* de toda sorte.

Amiúde, são personagens muito perigosos, porque se conduzem de modo imoral, desonesto e elitista, utilizando a mídia e disseminando favores e recursos financeiros para estabelecer um consenso público em torno de decisões às vezes repugnantes e traindo habitualmente seus engajamentos programáticos a "serviço" das pessoas. Em contrapartida, prestam comumente grandes serviços às camadas financeiramente mais ricas, graças às quais eles esperam melhorar sua carreira e seu bem-estar material.

Essa forma de sistema profissionalizado, elitista e instrumentalizado chamado ordinariamente *política* é, com efeito, um conceito relativamente novo. Surgiu com o Estado-nação, há alguns séculos, quando monarcas absolutos como Henrique VIII, na Inglaterra, e Luís XIV, na França, começaram a concentrar em suas mãos um enorme poder.

Antes da formação do Estado-nação, a *política* tinha um sentido diferente deste de hoje. Ela significava a gestão dos negócios públicos pela população em nível comunitário; negócios públicos que, em seguida, tornaram-se o domínio exclusivo dos políticos e dos burocratas. A população geria a coisa pública em **assembléias** cidadãs diretas, no cara a cara, e elegia con-

selhos que executavam as decisões políticas formuladas nessas assembléias. Estas controlavam de perto o funcionamento desses conselhos, revogando os delegados cuja ação era objeto da desaprovação pública.

Mas limitando a vida política unicamente às assembléias cidadãs, corria-se o risco de ignorar a importância de seu enraizamento numa cultura política fértil feita de discussões públicas cotidianas, nas praças, nos parques, nas esquinas das ruas, nas escolas, nos albergues, nos círculos etc. Discutia-se política em toda parte, preparando-se para as assembléias cidadãs, e tal exercício cotidiano era profundamente vital. Por meio deste processo de autoformação, o corpo cidadão fazia não apenas amadurecer um grande senso de sua coesão e de sua finalidade, mas favorecia igualmente o desenvolvimento de fortes personalidades individuais, indispensáveis para promover o hábito e a capacidade de autogerir-se. Essa cultura política enraizava-se em festas cívicas, comemorações, num conjunto partilhado de emoções, alegrias e dores comuns, que davam a cada localidade (vilarejo, burgo, bairro ou cidade) um sentimento de especificidade e comunidade, e que favorecia mais a singularidade do indivíduo que sua subordinação à dimensão coletiva.

### Um ecossistema político

Uma política desse tipo é orgânica e ecológica, e não formal ou fortemente *estruturada* (na acepção

vertical do termo) como ela se tornará posteriormente. Tratava-se de um processo constante e não de um episódio ocasional como as campanhas eleitorais. Cada cidadão amadurecia individualmente por meio de seu próprio engajamento político e graças à riqueza das discussões e das interações com os outros. O cidadão tinha o sentimento de controlar seu destino e poder determiná-lo, em vez de ser determinado por pessoas e forças sobre as quais ele não exercia nenhum controle. Essa sensação era simbiótica: a esfera política reforçava a individualidade dando-lhe um sentimento de posse e, ao contrário, a esfera individual reforçava a política fornecendo-lhe um sentimento de lealdade, responsabilidade e obrigação.

Num tal processo de reciprocidade, o *eu* individual e o *nós* coletivo não estavam subordinados um ao outro, mas se apoiavam mutuamente. A esfera pública fornecia a base coletiva, o solo para o desenvolvimento de fortes personalidades, e estas, por sua vez, reuniam-se numa esfera pública criativa, democrática, institucionalizada de modo transparente. Eram cidadãos em pleno sentido do termo, quer dizer, atores agentes da decisão e da autogestão política da vida comunitária, inclusive a economia, e não beneficiários passivos de bens e serviços fornecidos por entidades locais em troca de impostos e taxas. A comunidade constituía uma única ética de livres cidadãos e não uma empresa municipal instituída por "contrato social".

### A comuna: uma aposta moderna

Há muitos problemas que se colocam àqueles que buscam traçar as características de uma intervenção em nível comunal, mas, ao mesmo tempo, são consideráveis as possibilidades de imaginar novas formas de ação política, que recuperariam o conceito clássico de cidadania e seus valores participativos.

Numa época em que o poder dos Estados-nações aumenta, em que a administração, a propriedade, a produção, as burocracias e os fluxos de poder e capitais tendem à centralização, é possível aspirar a uma sociedade fundada em opções locais, em base municipal, sem ter aparência de utopistas incuráveis? Essa visão descentralizada e participativa não é absolutamente incompatível com a tendência à massificação da esfera pública? A noção de comunidade em escala humana não é uma sugestão atávica de inspiração reacionária que se refere ao mundo pré-moderno (do tipo da *comunidade do povo* do nazismo alemão)? E aqueles que a sustentam, não entendem, assim, rejeitar todas as conquistas tecnológicas realizadas no transcurso das diferentes revoluções industriais dos dois últimos séculos? Ou ainda, pode uma "sociedade moderna" ser governada em bases locais numa época em que o poder centralizado parece ser uma opção irreversível?

A essas questões de caráter teórico, somam-se muitas outras de caráter prático. Como é possível coordenar assembleias locais de cidadãos para tratar de ques-

tões como o transporte ferroviário, a manutenção das estradas, o fornecimento de bens e recursos provenientes de zonas distantes? Como é possível passar de uma economia embasada na ética do *business* (o que inclui sua contrapartida plebéia: a ética do trabalho) a uma economia guiada por uma ética baseada na realização de si no seio da atividade produtiva? Como poderíamos mudar os instrumentos de governo atuais, notadamente as constituições nacionais e os estatutos comunais, para adaptá-los a um sistema de autogoverno baseado na autonomia municipal? Como poderíamos reestruturar uma economia de mercado orientada para o lucro e tendo por base uma tecnologia centralizada, transformando-a numa economia moral orientada para o homem, e baseada numa tecnologia alternativa descentralizada? E, além do mais, como todas essas concepções podem confluir no seio de uma sociedade ecológica que busca estabelecer uma relação equilibrada com o mundo natural e que quer liberar-se da hierarquia social, da dominação de classe e sexista e da homogeneização cultural?

A concepção segundo a qual as comunidades descentralizadas são um tipo de *atavismo* pré-moderno, ou melhor, antimoderno, reflete uma incapacidade para reconhecer que uma comunidade orgânica não deve necessariamente ser um *organismo*, no qual os comportamentos individuais estão subordinados ao todo. Isso concerne a uma concepção do individualismo que confunde individualidade e egoísmo. Nada há de nos-

*tálgico* ou de *inovador* na tentativa da humanidade de harmonizar o coletivo e o individual. O impulso para realizar esses objetivos complementares (sobretudo num tempo como o nosso, em que ambos correm o risco de uma rápida dissolução) representa uma busca humana constante que se exprimiu tanto no domínio religioso quanto no radicalismo laico, em experiências utopistas como na vida cidadã de bairro, em grupos étnicos fechados como em conglomerados urbanos cosmopolitas. Foi graças a um conhecimento, que se sedimentou no transcurso dos séculos, que se pôde impedir a noção de comunidade de cair no gregarismo e no chauvinismo e a noção de individualidade de cair no atomismo.

### Uma política fora do Estado e dos partidos

Qualquer programa que tente restabelecer e ampliar a significação clássica da política e da cidadania deve claramente indicar o que estas *não* são, ainda que fosse por causa da confusão envolvendo essas duas palavras...

A política *não* é a arte de gerir o Estado, e os cidadãos *não* são *eleitores* ou *contribuintes*. A arte de gerir o Estado consiste em operações que engajam o Estado: o exercício de seu monopólio da violência, o controle dos aparelhos de regulação da sociedade por meio da fabricação de leis e regras, a governança da sociedade por intermédio de magistrados profissionais, do exér-

cito, das forças de polícia e da burocracia. A arte de gerir o Estado adquire um verniz político quando os por assim dizer "partidos políticos" esforçam-se, por meio de diversos jogos de poder, para ocupar os postos nos quais a ação do Estado é concebida e executada. Uma "política" desse gênero é a tal ponto tipificada que é quase importunadora. Um "partido político" é habitualmente uma hierarquia estruturada, alimentada por aderentes e que funciona de modo vertical. É um Estado em miniatura, e em certos países, como a ex-União Soviética e a Alemanha nazista, o partido constituiu realmente o próprio Estado.

Os exemplos soviético e nazista do Partido/Estado representaram a extensão lógica do partido funcionando no interior do Estado. E, por este fato, todo partido tem suas raízes no Estado e não na cidadania. O partido tradicional está pendurado no Estado como uma veste num manequim. Por mais variados que possam ser a veste e seu estilo, esta não faz parte do corpo político, ela se contenta em vesti-lo. Nada há de autenticamente político nesse fenômeno: visa precisamente a envolver o corpo político, controlá-lo e manipulá-lo, e não a exprimir sua vontade — nem mesmo permitir-lhe desenvolver uma vontade. Em nenhum sentido um partido "político" tradicional deriva do corpo político ou é constituído por ele. Toda metáfora à parte, os partidos "políticos" são réplicas do Estado quando eles não estão no poder e são amiúde sinônimos do Estado quando estão no poder. São formados para mobilizar,

para comandar, para adquirir poder e para dirigir. Eles são, pois, tão inorgânicos quanto o próprio Estado — uma excrescência da sociedade que não tem reais raízes no seio desta, nem responsabilidade para com ela para além das necessidades de facção, poder e mobilização.

### Um novo corpo político

A política, ao contrário, é um fenômeno orgânico. Ela é orgânica no verdadeiro sentido em que representa a atividade de um corpo público — uma comunidade, se se preferir —, assim como o processo de floração é uma atividade orgânica da planta enraizada no solo. A política, concebida como uma atividade, implica um discurso racional, o engajamento público, o exercício da razão prática e sua realização numa atividade ao mesmo tempo partilhada e participativa.

A redescoberta e o desenvolvimento da política deve tomar por ponto de partida o cidadão e seu meio ambiente imediato para além da família e da esfera de sua vida privada. Não pode haver política sem comunidade. E, por comunidade, entendo uma associação municipal de pessoas reforçada por seu próprio poder econômico, sua própria institucionalização dos grupos de base e o apoio confederal de comunidades similares organizadas no seio de uma rede territorial em escala local e regional. Os partidos que não estão implicados nessas formas de organização popular de base não são

políticos no sentido clássico do termo. São, ao contrário, partidos burocráticos e opostos ao desenvolvimento de uma política participativa e de cidadãos participativos. A célula autêntica da vida política é, com efeito, a comuna, seja em seu conjunto, se ela é em escala humana, seja através de suas diferentes subdivisões, notadamente os bairros.

Um novo programa político não pode ser um programa municipal senão se levamos a sério nossas obrigações em relação à democracia. Em outros termos, estaremos atados por uma outra variante de gestão estatista, por uma estrutura burocrática que é claramente hostil a toda vida pública animada. A comuna é a célula viva que forma a unidade de base da vida política e da qual tudo provém: a cidadania, a interdependência, a confederação e a liberdade. O único meio de reconstruir a política é começar por suas formas mais elementares: as aldeias, as vilas, os bairros, as cidades onde as pessoas vivem no nível mais íntimo da interdependência política para além da vida privada. É a esse nível que elas podem começar a familiarizar-se com o processo político, um processo que vai bem além do voto e da informação. É também a esse nível que elas podem ultrapassar a insularidade privada da vida familiar — uma vida que amiúde é celebrada em nome do valor da interioridade e do isolamento — e inventar instituições públicas que tornam possível a participação e a co-gestão de uma comunidade ampliada.

Em resumo, é por meio da comuna que as pessoas podem transformar-se, elas próprias, de mônadas isoladas, num corpo político inovador, e criar uma vida cívica existencialmente vital por ser protoplásmica, inscrita na continuidade e dotada tanto de uma forma institucional quanto de um conteúdo cidadão. Refiro-me aqui às organizações de blocos de habitações, às assembleias de bairro, às reuniões de cidade, às confederações cívicas e a um espaço público para uma palavra que vá além de manifestações ou campanhas monotemáticas, tão válida quanto possam ser para corrigir as injustiças sociais. Mas não basta protestar. A protestação determina-se em função daquilo a que ela se opõe e não pelas mudanças sociais que os protestadores podem desejar implementar. Ignorar a unidade cívica elementar da política e da democracia é como jogar xadrez sem o tabuleiro, pois é no plano cidadão que os objetivos a longo termo de renovação social devem de início se dar.

#### A favor da descentralização

Afastando todas as objeções de inspiração estatista, o problema do restabelecimento das assembleias municipais parece, contudo, dificilmente realizável se se permanece no âmbito das formas administrativas e territoriais atuais. Nova York ou Londres não teriam os meios de se unir se elas quisessem imitar a Atenas antiga, com seu corpo relativamente pouco numeroso

de cidadãos. Essas duas cidades não são mais, de fato, cidades no sentido clássico do termo, nem mesmo municipalidades segundo os modelos urbanísticos do século XIX. Vistas sob um ângulo estreitamente macroscópico, são seivagens proliferações urbanas que absorvem todos os dias milhões de pessoas a uma grande distância dos centros comerciais. Mas Nova York e Londres são formadas por bairros, isto é, comunidades menores que possuem até um certo ponto um caráter orgânico e uma certa identidade própria, definida por uma herança cultural partilhada, interesses econômicos, uma comunidade de visões sociais e, às vezes, também, uma tradição artística como no caso de Greenwich Village, em Nova York, ou Camden Town, em Londres. Por mais elevado que seja o grau necessário de coordenação de sua gestão logística, sanitária e comercial por expertos e seus assistentes, elas são potencialmente abertas a uma descentralização política e até mesmo, com o tempo, física. Sem nenhuma dúvida, será preciso tempo para descentralizar realmente uma metrópole como Nova York em várias municipalidades verdadeiras, e, enfim, em comunas, mas não há razão para que uma metrópole desse tamanho não possa descentralizar-se progressivamente em nível institucional. É preciso distinguir sempre entre descentralização territorial e descentralização institucional. Anteciparam excelentes proposições para implantar em nível local a democracia em tais entidades metropolitanas, restituindo o poder às pessoas, mas elas

foram bloqueadas pelos centralizadores que, com seu cinismo habitual, evocaram todo tipo de impedimentos materiais para realizar tal empresa. Tenciona-se refutar os argumentos dos partidários da descentralização lançando a confusão entre a descentralização institucional e a desagregação territorial efetiva dessas metrópoles. É preciso, ao contrário, fazer sempre a distinção entre descentralização institucional e descentralização territorial, compreendendo claramente que a primeira é perfeitamente realizável enquanto seria preciso alguns anos para realizar a segunda.

Ao mesmo tempo, eu gostaria de ressaltar que as concepções municipalistas (ou, e é a mesma coisa, comunistas) libertárias que proponho aqui se inscrevem numa perspectiva transformadora e formadora — um conceito da política e da cidadania que busca transformar, enfim, as cidades e as megalópoles ética e espacialmente, política e economicamente.

Assembléias populares ou mesmo de bairros podem ser constituídas independentemente do tamanho da cidade, desde que se identifiquem os componentes culturais e que se faça sobressair sua especificidade. Os debates sobre sua dimensão otimizada são politicamente irrelevantes, é o objeto de discussão preferido de sociólogos muitíssimo loucos por estatística. É possível coordenar as assembléias populares por intermédio de delegados providos de um mandato imperativo, submetido à rotatividade, revogáveis e, sobretudo, munidos de instruções escritas rigorosas para aprovar

ou rejeitar os pontos na ordem do dia dos conselhos locais confederados compostos de delegados das diferentes assembleias de bairros. Não há nenhum mistério nessa forma de organização. A demonstração histórica de sua eficácia foi feita por meio de sua reaparição constante nas épocas de transformação social acelerada. As seções parisienses de 1793, a despeito do tamanho de Paris (entre 500.000 e 600.000 habitantes) e das dificuldades logísticas da época (em que o cavalo era o que havia de mais rápido) trabalharam com muito sucesso, sendo coordenadas por delegados de seções no seio da Comuna de Paris. Elas eram reputadas não apenas por sua eficácia no tratamento dos problemas políticos, baseando-se em métodos de democracia direta, mas também desempenharam um importante papel no abastecimento da cidade, na segurança alimentar, na eliminação da especulação, no controle do respeito ao preço máximo e em muitas outras tarefas administrativas complexas.

Nenhuma cidade é, por conseqüência, demasiado grande para não poder ser preenchida de assembleias populares com objetivos políticos. A verdadeira dificuldade é, em larga medida, de ordem administrativa: como fornecer os recursos materiais da vida da cidade? Como enfrentar os enormes custos logísticos e todo o peso da distribuição? Como preservar um meio ambiente salubre? Esses problemas são amiúde mistificados por meio de uma confusão perigosa entre a formulação de uma política e sua gestão. O fato para

uma comunidade decidir de maneira participativa que orientação seguir numa dada questão não implica que todos devam saber como se concebe e como se constrói uma estrada. É o trabalho dos engenheiros, que podem apresentar projetos alternativos, e os especialistas desempenham, então, por isso, uma função política importante, mas é a assembleia dos cidadãos que é livre para decidir. A elaboração do projeto e a construção da estrada são de responsabilidade estritamente administrativa, enquanto a discussão e a decisão quanto à necessidade dessa estrada, inclusive a escolha de sua localização e a apreciação do projeto, concernem a um processo político. Se entendermos com clareza a distinção entre a formulação de uma política e sua execução, entre a função das assembleias populares e aquela das pessoas que asseguram a gestão das decisões tomadas, é então fácil de distinguir os problemas logísticos dos problemas políticos, dois níveis habitualmente entremesclados.

### O verdadeiro cidadão

À primeira vista, pode parecer que o sistema das assembleias é próximo da fórmula do referendo, baseado na partilha da tomada de decisão entre toda a população e na regra majoritária. Por que, desde então, ressaltar a importância da forma da assembleia para o autogoverno? Não bastaria adotar o referendo, como é hoje o caso na Suíça, e resolver a questão por um

procedimento democrático aparentemente muito menos complicado? Ou então, por que não tomar as decisões políticas pela via eletrônica — como o sugerem alguns entusiastas da internet — onde cada indivíduo “autônomo”, após se ter informado a partir dos debates, votaria na intimidade de seu lar?

Para responder a essas questões, é preciso levar em consideração uma série de temas vitais que tangem à própria natureza da cidadania. O indivíduo “autônomo”, que, segundo a teoria liberal, representa, enquanto “eleitor”, a unidade elementar do processo referendário, é apenas uma ficção. Abandonado a seu destino pessoal em nome da “autonomia” e da “independência”, esse indivíduo torna-se um ser isolado cuja liberdade verdadeira é despojada dos aspectos políticos e sociais sem os quais a individualidade é privada de carne e de sangue... A noção de independência, que é amiúde confundida com aquelas de pensamento independente e de liberdade, foi de tal forma impregnada do puro e simples egoísmo burguês que temos tendência a esquecer que nossa individualidade depende amplamente dos sistemas de apoio e solidariedade da comunidade. Não é subordinando-nos de modo infantil à comunidade, nem nos afastando dela que nós nos tornamos seres humanos responsáveis. O que nos distingue como seres sociais, de preferência em instituições racionais, de seres solitários desprovidos de toda afiliação séria, são nossas capacidades de exercer uma solidariedade, uns em relação aos outros, encorajar o

autodesenvolvimento e a criatividade recíprocos, alcançar a liberdade no seio de uma coletividade socialmente criadora e institucionalmente enriquecedora.

Uma “cidadania” separada da comunidade pode ser tão debilitante para nossa personalidade política quanto o é a “cidadania” num Estado ou numa comunidade totalitária. Em ambos os casos, somos reconduzidos a um estado de dependência característica da primeira infância, que nos torna perigosamente vulneráveis diante da manipulação, seja por parte de fortes personalidades na vida privada, seja por parte do Estado ou das grandes firmas na vida pública. Nos dois casos, a individualidade e a comunidade fazem-nos falta. Ambas se encontram dissolvidas pela supressão do solo comunitário que nutre a autêntica individualidade. É, ao contrário, a interdependência no seio de uma comunidade sólida que pode enriquecer o indivíduo dessa racionalidade, desse sentido da solidariedade e da justiça, dessa liberdade efetiva que fazem dele um cidadão criativo e responsável.

Conquanto isso pareça paradoxal, os elementos autênticos de uma sociedade livre e racional são comunitários e não individuais. Para dizê-lo em termos mais institucionais, a comuna não é apenas a base de uma sociedade livre, mas igualmente o terreno irreduzível de uma autêntica individualidade. A enorme importância da comuna se deve ao fato de que ela constitui o lugar de comunicação no seio do qual as pessoas podem intelectual e emocionalmente confrontar-se

umas com as outras, conhecer-se reciprocamente através do diálogo, da linguagem do corpo, da intimidade pessoal e das modalidades diretas, não midiáticas, do processo de tomada de decisão coletiva. Refiro-me aqui aos processos fundamentais de *socialização*, de interação contínua entre os múltiplos aspectos da existência que tornam a *solidariedade* — e não apenas a “convivialidade” — de tal forma indispensável para relações interpessoais realmente orgânicas.

O referendo, realizado na intimidade da cabine, ou, como gostariam que fosse os partidários entusiastas da internet, na solidão eletrônica de sua própria casa, *privatiza* a democracia e, assim, a mina. O voto, do mesmo modo que as pesquisas de opinião concernendo as preferências em matéria de sabão e detergente, representa uma quantificação absoluta da cidadania, da política, da individualidade e uma caricatura da formação verdadeira das idéias no decorrer de um processo de informação recíproca. O voto em estado puro exprime uma “percentagem” pré-formulada de nossas percepções e de nossos valores, e não sua expressão inteira. É uma redução técnica das opiniões em simples preferências, dos ideais em simples gostos, da compreensão geral em pura quantificação, de modo a poder reduzir as aspirações e as convicções dos homens a unidades numéricas.

### A verdadeira formação para a cidadania

Em fim de contas, “o indivíduo autônomo”, privado de todo contexto comunitário, de relações de solidariedade e de relações orgânicas, encontra-se desengajado do processo de formação de si — *paideia* — que os atenienses da antiguidade atribuíam à política como uma de suas mais importantes funções pedagógicas. A verdadeira cidadania e a verdadeira política implicam a formação permanente da personalidade, a educação e um sentido crescente da responsabilidade e do engajamento público no seio da comunidade, os quais, em contrapartida, são os únicos a dar uma real substância a esta. Não é no local fechado da escola, e ainda menos na cabine eleitoral que qualidades pessoais e políticas podem formar-se. Para adquiri-las, é preciso uma presença pública, encarnada por indivíduos falantes e pensantes, num espaço público responsável e animado pela palavra. O “patriotismo”, como o indica a etimologia da palavra (pátria vem da palavra latina *pater*, o pai), é um conceito típico do Estado-nação, onde o cidadão é considerado como uma criança e é, assim, a criatura obediente do Estado-nação concebido como *paterfamilias*, ou como um pai severo que impõe a crença e o devotamento à ordem. Quanto mais somos os “filhos” ou as “filhas” de uma “pátria”, mais nós nos situamos numa relação infantil com o Estado.

A solidariedade ou *philia*, ao contrário, implica o sentido da responsabilidade. Ela é criada pelo conheci-

mento, a formação, a experiência e o exercício de uma certa sensibilidade — em resumo, por uma educação política que se desenvolve por intermédio da participação política. Na ausência de uma municipalidade em escala humana, compreensível e acessível do ponto de vista institucional, é simplesmente impossível assegurar essa função fundamental da política e encarná-la na cidadania. Na ausência de *philia*, nós apreciamos “o engajamento político” pela percentagem dos “votantes” que “participam” do processo “político”: um aviltamento das palavras que desnatura totalmente sua significação autêntica e as despoja de seu conteúdo ético...

Que elas sejam grandes ou pequenas, as assembleias iniciais e o movimento que busca ampliá-las permanecem a única escola efetiva de cidadania que possuímos. Não há outro *curriculum* cívico senão um campo político vivo e criativo para fazer surgir pessoas que levam a gestão dos negócios públicos a sério. Num época de mercantilização, concorrência, anomia e egoísmo, isso significa criar conscientemente uma esfera pública que inculcará valores de humanismo, cooperação, comunidade e serviço público na prática cotidiana da vida cívica.

A *polis* ateniense, a despeito de seus inumeráveis defeitos, oferece-nos exemplos significativos de como o sentido elevado da cidadania que a impregnava encontrou-se reforçado não apenas por uma educação sistemática, mas pelo desenvolvimento de uma ética do comportamento cívico e por uma cultura artística

que ilustrava ideais de serviço cívico pelos fatos da prática cívica. O respeito aos oponentes no decorrer dos debates, o recurso à palavra para obter um consenso, as intermináveis discussões públicas sobre a *agora*, durante as quais as personalidades mais em vista da *polis* eram obrigadas a discutir questões de interesse público, mesmo com os menos conhecidos, a utilização da riqueza não apenas para fins pessoais como também para embelezar a *polis* (atribuindo assim um valor maior à redistribuição do que à acumulação de riqueza), um grande número de festividades públicas, de tragédias e de comédias em grande parte centradas em temas cívicos e na necessidade de encorajar a solidariedade... tudo isso e muitos outros aspectos ainda da cultura política de Atenas formavam os elementos que contribuíram para criar um sentido de responsabilidade e solidariedade cívicas que produziu cidadãos ativamente engajados e profundamente conscientes de sua missão cívica.

De nosso lado, não podemos fazer menos — e, desejemo-lo, num certo prazo, faremos consideravelmente mais. O desenvolvimento da cidadania deve tornar-se uma arte e não simplesmente uma forma de educação — e uma arte criadora no sentido estético que faça apelo ao desejo profundamente humano de expressão de si no seio de uma comunidade política repleta de sentido. Deve ser uma arte pessoal graças à qual cada cidadão é plenamente consciente do fato de que sua comunidade confia seu destino à sua probi-

dade moral e à sua racionalidade. Se a autoridade ideológica do estatismo repousa sobre a convicção de que o "cidadão" é um ser incompetente, algumas vezes infantil e geralmente pouco digno de confiança, a concepção municipalista da cidadania repousa sobre a convicção exatamente contrária. Cada cidadão deveria ser considerado como competente para participar diretamente dos "negócios do Estado" e sobretudo, o que é mais importante, ele deveria ser *encorajado a fazê-lo*.

Seria preciso fornecer todos os meios destinados a favorecer uma participação completa, compreendida como um processo pedagógico e ético que transforma a capacidade latente dos cidadãos numa realidade efetiva. A vida política e social deveria ser orquestrada de maneira a promover uma sensibilidade difusa, a capacidade real para aceitar as diferenças, sem subtrair-se, quando é necessário, à condução de vigorosas disputas.

O serviço cívico deveria ser considerado como um atributo humano essencial e não uma "doação" que o cidadão oferece à comunidade ou uma tarefa onerosa que é obrigado a cumprir. A cooperação e a responsabilidade cívica deveriam ser vistas como expressões da sociabilidade e da *philia*, e não como obrigações das quais o cidadão tenta escapar assim que o pode.

A municipalidade seria, então, vista como uma cena de teatro onde acontece a vida pública sob sua forma mais repleta de sentidos, um drama político cuja grandeza estende-se aos cidadãos que são seus protagonistas. Bem ao contrário, nossas cidades mo-

dernas tornaram-se, em larga medida, aglomerações de apartamentos-dormitórios nos quais os homens e as mulheres acalmam-se espiritualmente e trivializam suas personalidades no divertimento, no consumo e no bate-papo mesquinhos.

### A economia municipal

O último e um dos mais intratáveis problemas que encontramos é o da economia. Hoje, as questões econômicas tendem a centrar-se sobre *quem possui o que, quem tem mais do que quem e*, sobretudo, sobre como as disparidades de riqueza podem conciliar-se com um sentimento de comunidade cívica. Quase todas as municipalidades tinham sido, no passado, fragmentadas por diferenças de estatuto econômico, com classes pobres, médias e ricas posicionadas umas contra as outras até o ponto de arruinar as liberdades municipais, como o mostra claramente a história sangrenta das comunas da Idade Média e da Renascença na Itália.

Esses problemas não desapareceram na época atual. Na maioria das vezes eles são inclusive tão graves quanto no passado. Mas o que é específico em nossa época (e que há pouco foi compreendido por muitas pessoas de esquerda e de extrema-esquerda na América e na Europa), é o fato de que começaram a aparecer questões transclassistas totalmente novas que concernem ao meio ambiente, ao crescimento, aos transportes, à desarticulação cultural e à qualidade da

vida urbana em geral. São problemas suscitados pela urbanização e não pela constituição da cidade. Outras questões atravessam também transversalmente os interesses conflituais de classe, como os perigos de guerra termonuclear, o autoritarismo estatista crescente e, enfim, a possibilidade de um desmantelamento ecológico do planeta. Numa escala sem precedentes na história americana, uma enorme variedade de grupos de cidadãos reuniu pessoas de toda origem de classe em projetos comuns em torno de problemas amiúde de caráter local mas que concernem ao destino e ao bem-estar do conjunto da comunidade.

A emergência de um *interesse social geral*, para além dos velhos interesses particularistas, demonstra que uma nova política pode facilmente tomar corpo e que visará não apenas a reconstruir a paisagem política em nível municipal mas igualmente a paisagem econômica. Os velhos debates entre a *propriedade privada* e a *propriedade nacionalizada* tornaram-se pura logomaquia. Não que esses diferentes tipos de propriedade e as formas de exploração que elas implicam tenham desaparecido, mas foram progressivamente rejeitadas à sombra por realidades e preocupações novas. A propriedade privada, no sentido tradicional do termo, perpetuada pelo cidadão enquanto indivíduo economicamente auto-suficiente e politicamente independente, está desaparecendo. Ela não desaparece porque o "socialismo rampante" devorou a "livre empresa", mas porque a "grande firma rampante" devo-

rou tudo — ironicamente em nome da "livre empresa". O ideal grego de um cidadão politicamente soberano que podia avaliar racionalmente os negócios públicos porque ele estava liberado da necessidade material e do clientelismo não é mais que gozação. O caráter oligárquico da vida econômica ameaça a democracia enquanto tal, não apenas em nível nacional, mas igualmente municipal. Lá onde ela ainda conservava um certo grau de intimidade e leveza.

Chegamos, assim, repentinamente, à idéia de uma economia municipal que se propõe a dissolver de maneira inovadora a aura mística que envolve a propriedade das firmas e a propriedade nacionalizada. Refiro-me à *municipalização da propriedade*, como oposta à sua privatização ou à sua nacionalização. O municipalismo libertário propõe redefinir a política para nela incluir uma democracia comunal direta que se ampliará gradualmente sob formas confederais, prevendo igualmente uma abordagem diferente da economia. O municipalismo libertário propõe que a terra e as empresas sejam postas de modo crescente à disposição da comunidade, ou mais precisamente, à disposição dos cidadãos em suas livres assembleias e de seus deputados nos conselhos confederais. Como planificar o trabalho? Que tecnologias empregar? Que bens distribuir? São todas questões que não podem ser resolvidas senão na prática. A máxima *de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades*, essa célebre exigência dos diferentes socialis-